



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Exma. Senhora  
Presidente da Comissão Parlamentar  
de Assuntos Europeus  
Dra. Regina Bastos

Of. n.º 17/CNECP/2016

23-fevereiro-2016

Junto remeto a V. Exa. o **Parecer sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança**, aprovado na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sua reunião de 22 de fevereiro de 2016, com os votos favoráveis do PSD, PS, contra do PCP, verificando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

Junto se anexa declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**





**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

Parecer

**Revisão da Estratégia Europeia de Segurança**

**Autor:** Deputada Isabel Santos

---

**A UE num Ambiente Global em Mutação: um mundo mais interligado, contestado e complexo**



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ÍNDICE**

**PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA**

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

**PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER**

**PARTE IV- CONCLUSÕES**



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou, a 2 de dezembro de 2015, à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas o documento intitulado “A UE num Ambiente Global em Mutação: um mundo mais interligado, contestado e complexo”, atento o seu objecto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

### PARTE II – CONSIDERANDOS

#### 1. Análise do documento

##### Introdução

O documento em análise foi apresentado pela Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança em Junho de 2015, com o objectivo de lançar a reflexão sobre a necessária revisão da Estratégia Europeia de Segurança, datada de 2003. Este processo de revisão abrangente visa recolher contributos dos Estados-membros, instituições, comunidade académica e sociedade civil para a apresentação final da Estratégia Global sobre a Política Externa e de Segurança da UE no Conselho Europeu de Junho de 2016.

## **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

### **Revisão da Estratégia de Segurança Europeia**

Passados 13 anos da adopção da Estratégia Europeia de Segurança, em 2003, e do respectivo relatório de implementação em 2008, urge actualizar e modernizar a estratégia europeia em matéria de segurança face a um contexto global que se alterou radicalmente e cujos contornos têm implicações imediatas no ambiente estratégico da UE.

De facto, e como evidencia o documento em apreço, a UE encontra-se rodeada por um arco de instabilidade que se estende por toda a sua vizinhança, desde a Europa de leste, ao Médio Oriente e ao Norte de África. No entanto, o arco de instabilidade não se deve apenas aos conflitos regionais da vizinhança europeia, ainda que estes tenham contornos de altíssima gravidade e consequências para além das suas fronteiras geográficas, mas a desafios transversais e globais que afectam directa e indirectamente a Europa e a sua posição no mundo. Acresce que o arco de instabilidade tem vindo a penetrar as próprias fronteiras europeias, seja pela densa vaga de refugiados que solicitam asilo e protecção às portas da UE, seja por ataques terroristas perpetrados no próprio território europeu, como foram os lamentáveis ataques terroristas em Paris a 13 de Novembro passado. Perante o actual cenário é fundamental construir uma Estratégia Global Europeia que permita responder aos factores de instabilidade de forma integrada, abrangente e racional, não deixando de tratar cada factor adequadamente de acordo com as suas causas e consequências próprias, e partindo de uma avaliação realista sobre as capacidades e a vontade política da UE na condução da sua Política Externa e de Segurança.

As profundas alterações ao contexto global obrigam, por isso, a uma nova visão sobre o estado do mundo, ao mesmo tempo que o aumento do sentido de urgência constitui uma oportunidade para alcançar consensos entre os Estados-membros numa Estratégia Global conjunta. Tal será o propósito da presente reflexão estratégica.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### Um Novo Contexto Global

O documento em análise identifica três aspectos fundamentais definidores dos novos desafios e oportunidades que emergem do presente contexto global, destacando as vantagens da posição particular da UE pela sua natureza política, valores, princípios e interesses, bem como da sua posição geopolítica e geoestratégica em lidar com esses mesmos desafios e oportunidades.

Assim, em primeiro lugar, importa reconhecer que o mundo hoje é um mundo globalmente interligado. Tal significa que o fenómeno da globalização atravessa não só fronteiras geográficas ao nível dos mercados globais como permeia já, a um nível micro, um número cada vez maior de aspectos da vida quotidiana em todos os continentes, aproximando pessoas e ideias e imediatizando informação. A crescente densidade da mobilidade humana é disso exemplo, tanto ao nível dos intensos fluxos de migração, como do aumento exponencial do turismo e, de forma menos positiva, das possibilidades que abre ao terrorismo internacional com o crescente fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros. A interligação do mundo actual dá-se ainda pela complexa interdependência da economia mundial, reforçada pela expansão das redes de comunicação.

Em segundo lugar, o mundo actual é um mundo mais contestado. Ao longo do arco de instabilidade que rodeia as fronteiras da União Europeia, do leste ao Mediterrâneo, multiplicam-se os Estados fragilizados e as áreas desgovernadas, onde o vazio de poder político dá lugar à disseminação de grupos terroristas e à permanente instabilidade e degradação das condições de vida das populações, cuja consequência é um dos maiores fluxos de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Porém não são apenas os conflitos armados que contribuem para uma maior contestação no mundo: a pressão demográfica vinda sobretudo de áreas com menor desempenho económico, como do continente africano, a par da escassez de recursos e dos problemas transversais decorrentes das alterações climáticas, passando pelas crises energéticas, constituem desafios sérios a enfrentar nos próximos anos.

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

Por outro lado, a União Europeia enfrenta uma séria contestação do seu projecto a nível interno, sobretudo desde a crise económica e financeira que, entre outras, teve como consequências uma elevada taxa de desemprego e uma crescente exclusão social. Esta situação despontou sentimentos de contestação ao modelo de integração europeia, manifestos em linhas políticas populistas, nacionalistas e até anti-democráticas.

Um último aspecto fundamental do contexto global actual diz respeito à complexidade das relações internacionais, que afecta tanto a natureza dessas relações, como a natureza do poder e dos próprios actores internacionais. Hoje, já não lidamos com o tradicional mundo pós-westfaliano onde os actores internacionais são os Estados-nação em posse de todos os seus elementos estruturais. Hoje o poder é difuso e heterogéneo, oscila entre Estados, blocos regionais e actores transnacionais e não-estatais, o que torna o equilíbrio de poder mais imprevisível e instável.

### **Desafios e Oportunidades para a UE**

Perante este novo contexto global a União Europeia enfrenta um conjunto de cinco desafios e oportunidades.

Começando pela vizinhança europeia, a UE tem de continuar a apoiar os esforços de desenvolvimento e reformas tanto na Turquia como nos Balcãs ocidentais e nos países de leste, através de políticas de integração e associação, sobretudo tendo em conta o potencial de destabilização da Rússia, que tem vindo a contribuir para instabilidade da arquitectura de segurança internacional nestas regiões.

Relativamente ao Norte de África e ao Médio Oriente a UE deve rapidamente reestruturar a articulação entre segurança interna e externa de forma a fazer face aos desafios da grave crise humanitária às suas portas e às causas dos conflitos e da instabilidade política nestas regiões.

A África subsariana emerge cada vez mais como um parceiro fundamental para a UE a nível de comércio, integração económica e de mobilidade humana. A relação doador-beneficiário já não reflecte as verdadeiras relações e os interesses em causa entre a Europa e África.

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

Uma das parcerias de maior importância para a UE em termos de cooperação económica e de segurança internacional continua a ser a parceria transatlântica, desde logo com as negociações em curso para a conclusão do tratado de comércio com os EUA, a Parceria Transatlântica para o Investimento e Comércio (TTIP), mas também pelo reforço da cooperação com a América Latina.

Finalmente, relativamente à Ásia a UE deve continuar a apostar no reforço da cooperação regional e nas oportunidades dos mercados emergentes deste continente, sobretudo na China.

#### **A Resposta da UE**

A reforma da Estratégia Global Europeia deverá, assim, ter em consideração tanto uma nova visão do mundo actual, como o conjunto de desafios e oportunidades que resultam deste novo contexto global. A posição da UE deve, além do mais, ser uma posição de compromisso de todos os Estados-membros, alicerçada num reconhecimento realista das suas capacidades e prioridades, tanto de cada Estado-membro considerado individualmente, como da própria UE no seu todo. Nesta medida é imperativo que a nova Estratégia Global seja mais do que um documento de visão e concepção da política externa europeia, mas que seja uma estratégia verdadeiramente executável, que defina linhas específicas de acção estratégica relativamente a cada temática identificada como de risco/oportunidade. Tal como indica o documento em apreço elaborado pela Alta Representante “uma resposta eficaz depende da capacidade da União em fazer escolhas e dar prioridade às áreas onde está disposta e é capaz de fazer a diferença”, ou seja, a vontade política será um factor determinante no sucesso da política externa europeia.

No que respeita às capacidades, é fundamental compreender, antes de mais, se os instrumentos existentes hoje em dia cumprem os objectivos com que foram criados e se continuam a ser os mais adequados na resposta da UE aos desafios que enfrenta.

Deste modo, identificam-se cinco princípios orientadores da acção externa da UE. Começando por um melhor sentido de orientação política que permita recuperar a relevância da sua Política Externa e de Segurança Comum nas várias respostas que deve

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

dar aos desafios identificados. Neste ponto destacam-se a reavaliação e reforço do papel da Política Comum de Segurança e Defesa incluindo das políticas de contra-terrorismo e o necessário equilíbrio entre estas e as liberdades e garantias dos cidadãos europeus; uma abordagem mais rápida e eficaz às crises humanitárias; a prioridade que deve ser dada aos processos de alargamento nos Balcãs e Turquia, tendo em consideração as necessárias reformas em curso nestes países; e uma melhor definição dos objectivos da UE em matéria de política comercial. Uma orientação política mais sólida, coordenada e assertiva é essencial para alicerçar a actuação da UE no mundo.

Um segundo princípio orientador diz respeito à necessidade de uma maior flexibilidade das políticas de cooperação para o desenvolvimento. Estas políticas são um dos instrumentos mais relevantes da UE em matéria de política externa, no entanto, carecem de flexibilidade na definição de objectivos e de procedimentos de implementação.

A posição da UE na esfera internacional tem estado sujeita a fragilidades, decorrentes de vários factores já identificados. Por essa razão, é essencial que o poder de influência da política externa europeia, que se consubstancia sobretudo nas suas políticas de comércio externo e de desenvolvimento, mas também, e agora com particular relevância, na sua política de vizinhança, seja recuperado e estimulado.

De forma a melhor concretizar o seu poder de influência e a eficácia da sua política externa, a UE e os Estados-membros devem trabalhar no sentido de alcançar uma melhor coordenação das suas políticas. Uma abordagem conjunta, alicerçada num compromisso de coordenação entre os Estados-membros e a UE contribuirá para este objectivo, ao mesmo tempo que tornará os Estados-membros mais capazes.

Finalmente, ao nível das capacidades, e como já foi referido, a União deve reforçar a sua abordagem e actuação num significativo número de políticas, começando pela migração, área na qual a UE deve alocar mais recursos e melhor articular a dimensão externa e interna da sua capacidade de gestão migratória e de controlo das suas fronteiras externas. Neste ponto será importante a capacidade de resposta no terreno da sua Política Comum de Segurança e Defesa, capacidade que desde que a PCSD foi criada ainda não foi totalmente concretizada.

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

Tendo em conta estes princípios orientadores: orientação política, flexibilidade, poder de influência, coordenação e capacidades, torna-se claro que a futura Estratégia Global Europeia deve ser uma estratégia integrada, abrangente, sólida e executável. De acordo com o documento em análise “num mundo mais interligado, contestado e complexo, precisamos de um claro sentido de orientação. Precisamos de concordar sobre as nossas prioridades, os nossos objectivos e os meios necessários para os atingir”.

### **Linhas prioritárias para Portugal e recomendações específicas**

A lógica da revisão da Estratégia Global orienta-se em três eixos fundamentais: o claro reforço, a nível interno e externo, da Política Comum de Segurança e Defesa; a coordenação e integração das capacidades e instrumentos dos Estados-membros na resposta conjunta; e a relevância dada às políticas transversais, cooperação para o desenvolvimento, energética, migração, comércio externo, vizinhança e alargamento, na abordagem aos desafios do novo contexto global.

Nesta medida, e tendo em conta a importância política que está a ser dada a esta Estratégia Global, Portugal deverá apoiar algumas das linhas propostas no documento em apreço. Em primeiro lugar, no que respeita aos desafios e oportunidades identificados por áreas geográficas, é evidente que para Portugal se destacam a África subsariana dada a afinidade linguística, cultural, política e económica com os PALOP, e as parcerias transatlânticas, uma vez que a dimensão atlântica, norte e sul, continua a ser uma dimensão prioritária na política externa nacional. Ainda neste ponto considera-se que os esforços de estabilização do Norte de África através de uma política de vizinhança reforçada e alicerçada em respostas multidimensionais deve ser uma das principais prioridades da nova Estratégia Global.

Para Portugal o reforço do multilateralismo e das parcerias com organizações internacionais, como a NATO e a ONU, na condução da política externa europeia é fundamental, uma vez que este é um dos princípios orientadores da política externa nacional e o modelo que pretende defender nas relações políticas mundiais. No que toca às respostas coordenadas aos desafios transversais, destaca-se o papel relevante que

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

Portugal poderá desempenhar ao nível da segurança marítima, onde tem larga experiência e capacidades adequadas.

É importante ainda sublinhar que as políticas de cooperação e desenvolvimento são um instrumento fundamental na garantia da segurança europeia e internacional, na medida em que favorecem e promovem o desenvolvimento económico e social e a estruturação política em regiões instáveis e fragilizadas, mitigando os factores de risco oriundos dessas regiões.

Por fim, e em resposta ao esforço reflexivo que o documento da Alta Representante lança aos Estados-membros e demais partes interessadas, destacam-se as seguintes recomendações:

- Uma avaliação profunda e abrangente de todos os instrumentos de política externa da UE, da sua adequação conjuntural, coerência política, eficácia na sua aplicação e na coordenação com políticas semelhantes dos Estados-membros, de forma a ter uma visão realista das reais capacidades e mais-valias da UE no palco internacional.
- Com base nessa avaliação, uma projecção pragmática das áreas de actuação da UE, tendo em conta a importância de focar a abordagem nas áreas geográficas e nas problemáticas internacionais onde a União Europeia pode de facto fazer a diferença, onde o seu capital político, o seu poder de influência, é superior ao dos Estados-membros agindo individualmente.
- Considera-se ainda que este esforço de uma abordagem mais focada deve ainda ter em linha de conta que, ainda que a UE deva estar atenta a todas as regiões e temáticas transversais e manter uma presença global no mundo, é essencial uma maior capacidade de priorização, e que essa capacidade só é concretizável se a UE for capaz de realisticamente identificar, a montante, as ameaças e os factores de instabilidade que a poderão afectar e aos seus Estados-membros. Até agora, em muitas matérias, sobretudo na crise dos refugiados, a resposta veio, e continuar a vir, já tarde.

### Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- No que respeita às parcerias, é recomendável que a União Europeia e os Estados-membros encontrem um plano de coordenação e concertação mais aberto e eficaz. Em algumas matérias é benéfico concertar esforços e evitar linhas de acção paralelas, que inevitavelmente fragilizam a acção externa. Por exemplo, no que respeita aos países de Língua Oficial Portuguesa, Portugal pode e deve desempenhar um papel de facilitador e mediador nas relações bilaterais ou multilaterais que a UE pretenda desenvolver com estes países. As vantagens de uma acção concertada deste tipo são evidentes.
- Ainda sobre as parcerias, é de nosso parecer que, tendo em conta as recomendações anteriores, seria vantajoso estabelecer ou reforçar parcerias bilaterais com países onde a UE desenvolva interesses mutuamente benéficos e que se constituam como uma boa porta de entrada em determinadas regiões estrategicamente relevantes, pelo seu potencial de influência, política, económica, cultural etc., como, por exemplo, a região da África austral (África do Sul, Angola, etc.) ou a América do Sul (Brasil, Chile, Argentina, etc.).
- Recomenda-se ainda que seja dada maior atenção à coordenação entre os diversos instrumentos de política externa. As negociações de acordos de comércio livre ou de associação comercial não podem deixar de ter em conta os objectivos e prioridades a nível de cooperação para o desenvolvimento, tal como estas não se podem querer substituir nem criar obstáculos às negociações comerciais. Por outro lado, a defesa do respeito pelos direitos humanos, pelo Estado de direito e pela democracia não devem nunca deixar de fazer parte da essência da UE e da sua actuação no palco mundial, no entanto estes princípios e valores não podem impedir a União de estabelecer diálogo com países ou regiões onde estes não sejam respeitados, já que o diálogo político é um dos meios mais fortes da promoção de defesa destes valores e princípios.

### **Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

- Uma última recomendação vai no sentido de apelar a um maior sentido de racionalidade e clareza no discurso. Se um dos problemas identificados se prende com o aumento da contestação do projecto europeu, então importa rever a relação da UE e dos seus governantes com os cidadãos europeus. A forma de combater as tendências nacionalistas, anti-democráticas e populistas, que apelam a respostas inoportáveis com os valores fundadores da nossa civilização e que se baseiam em visões irreflectidas, simplistas e irracionais do estado do mundo é promover um discurso inverso, que se fundamente em argumentos racionais, que seja transparente e claro, e que contribua para uma maior proximidade entre os governantes e as instituições e os cidadãos, e não o contrário.

### **PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER**

O Deputado autor do presente parecer exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião sobre a iniciativa em análise.

### **PARTE IV - CONCLUSÕES**

1. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras o documento “A UE num Ambiente Global em Mutação: um mundo mais interligado, contestado e complexo”.

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

2. Não tem lugar a apreciação do princípio da subsidiariedade porquanto trata-se de um documento de reflexão da Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
  
3. A Comissão dá, assim, por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente Parecer, nos termos da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto de 2006, ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

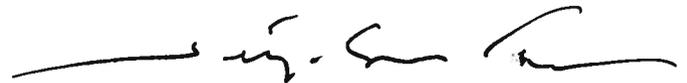
Palácio de S. Bento, 22 de Fevereiro de 2016.

**A Deputada Autora do Parecer**



(Isabel Santos)

**O Presidente da Comissão**



(Sérgio Sousa Pinto)





**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**Declaração de Voto ao Parecer sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança: A UE num ambiente Global em Mutação: Um mundo mais interligado, contestado e complexo.**

Foi apreciado e votado na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em reunião ocorrida no dia 22 de fevereiro, o Parecer relativo à Revisão da Estratégia Europeia de Segurança: A UE num ambiente Global em Mutação: Um mundo mais interligado, contestado e complexo. O Grupo Parlamentar do PCP votou contra o Parecer. As razões do voto contra fundam-se nas razões a seguir elencadas.

- 1- Entende o PCP que as propostas de alterações tratam de forma igual assuntos que não podem, nem devem nunca ser confundidos. Não podemos confundir refugiados, fluxos migratórios, criminalidade e terrorismo. Estas confusões só servem para o crescimento de forças racistas, xenófobas e fascistas, e a sua ação de terror.
- 2- As alterações propostas são uma resposta reativa para combater o terrorismo e os atos hediondos ocorridos. Ora, entende o PCP que para combater com eficácia o terrorismo é preciso ser coerente para se combater coerentemente o terrorismo. O que queremos dizer com isto é que os Estados que mais têm legislado supostamente para combater o terrorismo têm sido os mesmos que têm disponibilizado apoio, financiamento, armamento e instrumentalização dos grupos que espalham o terror e perpetram os mais hediondos atos contra as populações, depois de financeira e militarmente reforçados, são agora utilizados para perpetrar o terror sobre a população. Acresce ainda que há que evitar derivas erráticas. Importa recordar que desde 2001 para cá aconteceu Guantánamo; o Patriot Act e prisões secretas na Europa; voos secretos da CIA; guerras no Iraque, na Líbia, na Síria; e a criação do Estado Islâmico, que é inseparável das consequências dessas guerras.
- 3- As alterações propostas vão no sentido de aprofundar o caminho militarista e securitário há muito trilhado pela União Europeia nas relações internacionais.
- 4- Por fim, o documento contorna deliberadamente a raiz do problema, não contribuindo para a sua solução, para o aumento da segurança dos cidadãos ou para uma estratégia coerente de cooperação entre Estados que combata e sobretudo previna o terrorismo. Pelo contrário, este documento acentua uma estratégia deliberada da UE de cerceamento da liberdade democrática e das liberdades individuais, insistindo na tese peregrina da falsa dicotomia liberdade-segurança e

apoia uma visão militarista de alegado combate ao terrorismo que ao invés de enfraquecer fortalece as lógicas do ódio e da guerra.

Entende o PCP que a resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas mais profundas causas – políticas, económicas e sociais – e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da paz, da democracia, da soberania e independência dos Estados, da solidariedade entre os povos.

No momento trágico que se vive na Europa, com o êxodo de centenas de milhar de seres humanos que, fugindo à guerra, à miséria, à fome e à morte, de países do Médio Oriente e do continente Africano, arriscam a vida buscando a sobrevivência em solo europeu, o que seria importante discutir era a resposta imediata aos mesmos, mas também as causas que estão na origem das migrações. O documento objeto de Parecer nada diz sobre isto, antes pelo contrário as medidas apontam para o aprofundamento de uma visão instrumental, xenófoba e militarista da chamada política migratória e de vizinhança da União Europeia. Este paradigma da Europa-Fortaleza criada com Schengen – e que o PCP desde sempre criticou e rejeitou – considera, à partida, todos os migrantes que queiram vir para a Europa, indesejáveis, a menos que algo de rentável se possa retirar com a sua chegada. Essa estratégia tem sido particularmente desenvolvida pela Comissão Europeia através do lançamento da chamada «Agenda Europeia para a Migração 2015». Neste programa propõe-se a triplicação dos fundos da Operação Tritão e do Programa Frontex, vocacionados para o controlo das fronteiras externas da UE e não para o salvamento e integração dos migrantes e refugiados. É uma agenda que propõe o reforço da cooperação de instituições de cariz policial – como o Eurojust e a Europol – com a política de asilo da UE, nomeadamente para identificação por impressão digital do ADN dos migrantes e para proceder ao repatriamento de todos aqueles que não se consideram que necessitam de proteção especial. Mais recentemente, foi aprovada uma operação militar da NATO no mar Mediterrâneo, que acentua o carácter securitário na abordagem da crise humanitária ao invés de se garantir o cumprimento da carta dos Direitos Humanos da ONU. Operação que levanta muitas questões ao Relator especial da ONU sobre os Direitos Humanos dos Migrantes.

A resposta ao drama humanitário exige medidas imediatas e no terreno, nomeadamente a criação de rotas seguras e legais. Exige uma inversão na política da União Europeia que responda de facto ao drama dos refugiados de guerra e outros migrantes que fogem da miséria, da doença e da fome.

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2016

O Grupo Parlamentar do PCP